



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

CONTRATANTE:

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

OBJETO: Contratação de empresa(s) para fornecimento de transformadores de distribuição trifásicos destinados à ampliação e adequação de infraestrutura elétrica de unidades escolares e administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, em conformidade com as normas técnicas da ABNT e especificações da concessionária ENEL Rio.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 891.236,50 (Oitocentos e noventa e um mil, duzentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 14/07/2026 às 09:00 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

PREÂMBULO

1. DO OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
6. DA FASE DE JULGAMENTO
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO
8. DOS RECURSOS
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
11. REAJUSTE CONTRATUAL
12. DA FORMA, LOCAL (S) DE ENTREGA PRAZOS DE PAGAMENTO
13. DA GARANTIA CONTRATUAL
14. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS**, através da Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos, torna público que, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, COM ITENS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS E AMPLA CONCORRÊNCIA** nos termos da Lei Federal nº 14133/2021 e alterações supervenientes, Lei Complementar nº 123/2006 com alterações inseridas pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei nº 11488/2007, art. 34, e, de forma suplementar pelos Decretos Municipais nº 3884/2024 e 4039/2024, e mediante as exigências estabelecidas neste Edital.

Comissão de Contratação II – CC II

Data da sessão: 14/07/2026

Horário: 09:00 h (Horário de Brasília)

Endereço eletrônico: www.gov.br/compras

Código UASG: 982921

Modo de Disputa: Aberto e Fechado

Participação: Itens exclusivo para ME/EPP e equiparadas e ampla concorrência

E-mail: cpl2pmro@gmail.com / delcopmro@gmail.com (WhatsApp)

Tel: (22) 2771-5549 / 2771-6404

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de empresa(s) para fornecimento de transformadores de distribuição trifásicos destinados à ampliação e adequação de infraestrutura elétrica de unidades escolares e administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, em conformidade com as normas técnicas da ABNT e especificações da concessionária ENEL Rio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

2.5. Para os itens 1, 2 e 3 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente, cooperativa ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Cujo sócio e/ou dirigente mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e/ou civil com o prefeito, seu Vice, vereadores, Secretários e Subsecretários ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, tais como procuradores municipais, assessores jurídicos, técnicos do Controle interno, membros das comissões de licitações, independentemente dos mesmos possuírem função gratificada ou de ser ocupante de cargo comissionado, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. Havendo alguma das incompatibilidades elencadas no item 2.7.5 e 2.7.10, a desincompatibilização, para ser válida, deverá ocorrer, no mínimo, no mínimo, 01 (um) ano antes da data marcada da licitação, com fundamento no artigo 136 da Lei nº 066/20219 – Estatuto do Servidor Público.

2.9. O rol descrito no item 2.7.5 é meramente exemplificativo, podendo englobar qualquer servidor público municipal lotado em qualquer Secretaria ou Órgão, desde que efetivamente comprovada a possibilidade de interferência no certame ou na execução do contrato, promovendo favorecimento indevido;

2.10. O Impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.15. A vedação de que trata o item 2.7.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.16. De acordo com a súmula nº 12/2023 do TCE, a participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios deve ser permitida, em observância ao princípio da preservação da empresa, desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.11.2 e os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.12.2 e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

- 4.1.1** Marca, quando couber
- 4.1.2** Fabricante
- 4.1.3** Valor do item;
- 4.1.4** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no termo de referência, quando participarem de licitações públicas.
- 4.10** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 4.11** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX e at. 75 da CRFB; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

- 5.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.
- 5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6** O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.
- 5.7** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8** O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01% (um centésimo por cento)*.
- 5.10** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.13.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.13.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13.3** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.13.4** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

5.13.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18 No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.21.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

5.21.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.22.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

5.22.2.2 Empresas brasileiras;

5.22.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.23.4 O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5 É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24 Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF, devendo disponibilizar esta documentação às demais licitantes, tendo em vista o princípio da transparência, previsto no artigo 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para que possam eventualmente recorrer;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/ EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1 Contiver vícios insanáveis;

6.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do agente de contratação, que comprove:

6.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário.

6.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

6.10 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

6.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7 DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência (Anexo I), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9 A habilitação será verificada por meio do SICAF, devendo disponibilizar esta documentação às demais licitantes, tendo em vista o princípio da Transparência, previstos no artigo 5º da Lei 14.133/2021, para que, eventualmente, possam recorrer, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação.

7.11 A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam disponíveis no SICAF deverão ser encaminhados pela licitante exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada da interessada e aceitação pelo agente de contratação.

7.11.2 Quando houver suspensão da sessão pública por período superior a 2 (duas) horas, a retomada dos trabalhos deverá ser comunicada no sistema eletrônico com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, salvo situação excepcional devidamente motivada nos autos.

7.11.3 O prazo para envio de documentos somente terá início durante sessão pública efetivamente aberta e após comunicação expressa do agente de contratação no sistema eletrônico, vedada a abertura de prazo em períodos de suspensão ou inatividade do certame.





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

7.11.4 A inabilitação por decurso de prazo para envio documental deverá ser devidamente motivada, com registro expresso do horário da convocação, da ciência pelo sistema e do encerramento do prazo concedido.

7.12 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.13.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14 Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

7.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas, estas últimas, desde que preencham os requisitos previstos no art. 34, da Lei n.º 11488/2007, por ocasião da participação em Certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

7.18 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.19 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, na forma do artigo 43, parágrafo primeiro, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 155/2016.

7.20 O Não preenchimento da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 90, da Lei Federal nº 14.133, de 21 de junho de 2021, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para assinatura do Contrato, ou Revogar a Licitação.

7.21 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

7.22 A obtenção de benefícios a que se refere este edital fica limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, podendo o agente de contratação exigir a documentação pertinente.

8 DOS RECURSOS

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I- Advertência

II- multa:

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.1.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "a" do inciso II.

9.1.2. A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

I- multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

II- o atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:

a) atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;

b) atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;

c) atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.

III- de 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:

a) na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

d) tumultuar a sessão pública da licitação;

e) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

f) propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

h) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;

i) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

j) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

k) não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

l) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

m) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

n) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

o) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

p) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

q) deixar de repor funcionários faltosos;

r) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

s) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

t) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

u) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

IV- de 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

a) inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;

b) quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

V- de 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;
- h) recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;
- i) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

9.1.2.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

9.1.2.2. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o *caput* e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

9.1.2.3. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

9.1.2.4. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

9.1.2.5. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:

9.2 Será aplicada a sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
- f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;
- g) tumultue a sessão pública de licitação;
- h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
- i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
- k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- l) induza em erro a Administração;
- m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
 - 1. atraso na execução do objeto;
 - 2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
 - 3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.
- n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;

II- impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;
- c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;

e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.

III- impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;

d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;

e) comportamento inidôneo;

f) apresentação de documentação falsa;

g) falha ou fraude na execução do contrato;

h) fraude fiscal.

9.2.1 A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

9.3 Será aplicada a sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- pelo período entre 03 (três) anos até 04 (quatro) anos, no caso de o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

II- pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (cinco) anos, no caso de o infrator:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

III- pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);

b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

9.3.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.3.2 Cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

9.3.3 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.3.4 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.3.5 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.3.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.3.7 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou para realizar pedido de esclarecimento deste Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 A impugnação e/ou pedido de esclarecimento poderão ser realizados por e-mail, mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico da **Comissão de Contratação II**: cpl2pmro@gmail.com, protocolada no endereço na sala da Comissão de Contratação, situada à Rua Campo de Albacora, nº 102 – QD 07 – LT 22 – sobreloja – sala 02 – Loteamento Atlântica – Rio das Ostras/ RJ. Maiores informações: (22) 2771-5549.

10.3.1 As respostas aos pedidos de esclarecimento e/ou impugnação serão divulgadas concomitantemente nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.

10.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11 DO REAJUSTE CONTRATUAL

11.1 Considerando o disposto no art. 25, § 8º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento estimado, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei. Os preços inicialmente são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento estimado definitivo.

11.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento, ou por aditivo.

11.9. O reajuste a que a futura contratada fizer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

12 DA FORMA, LOCAL (S) DE ENTREGA PRAZOS DE PAGAMENTO

12.1 A(s) forma(s) de entrega prazos e formas de pagamento das despesas que serão contratadas e demais condições a eles referentes encontram-se definidos no Termo de Referência (ANEXO I), parte integrante deste Edital e do Contrato.

13 DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1 Garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

13.2 A futura contratada se obriga a apresentar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

13.3 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

13.4 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

13.5 A futura contratada poderá substituir a apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

13.6 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração em relação à garantia da contratação.

13.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

13.8 A modalidade de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo acima, observada a legislação que rege a matéria.

13.9 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser indicada pelo Município, com correção monetária.

13.10 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

13.11 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

13.12 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

13.13 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

13.14 A futura Contratada executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.15 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.16 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

13.17 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

13.18 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

13.19 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

13.20 A futura Contratada autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

13.21 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

13.22 A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, regularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias relacionadas aos empregados vinculados à execução do objeto.

13.23 Sempre que solicitado pela fiscalização do contrato ou pela administração Municipal, a Contratada deverá apresentar documentação comprobatória do adimplemento das obrigações decorrentes da relação de trabalho, inclusive comprovantes de pagamento de salários, férias, 13º salário, verbas rescisórias, recolhimento de FGTS, contribuições previdenciárias, folhas de pagamento, guias de recolhimento e demais documentos pertinentes relativos aos trabalhadores envolvidos na execução contratual, observada a legislação aplicável, especialmente quanto à proteção de dados pessoais e informações sensíveis.

13.24 A recusa injustificada ou a não apresentação da documentação solicitada poderá ensejar a adoção das medidas contratuais cabíveis, inclusive retenção cautelar de pagamentos, aplicação de sanções administrativas e demais providências previstas na legislação e no contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.25 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

14 DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

14.1. Homologado o resultado da licitação e empenhado, a Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos convocará a ADJUDICATÁRIA para que no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento do e-mail enviado a empresa ou convocação, assine o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e nos Decretos Municipais nºs 3884/2024, 4039/2024 e neste Edital.

14.1.1 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, e, desde que, seja aceito os motivos pela administração, podendo esta, se assim o entender, utilizar-se da prerrogativa prevista na Lei Federal 14.133/2021.

14.2 Na hipótese do não atendimento à convocação, para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou havendo recusa em fazê-lo, poderá o Agente de contratação, sem prejuízo das aplicações das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais, convocar os demais licitantes, desde que respeitada a ordem de classificação e ACEITAS AS MESMAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA VENCEDORA, para, após a verificação dos requisitos de habilitação, proceder à assinatura.

14.2.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, o município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a elaboração do contrato ou da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, sem prejuízo de eventual negociação.

14.3 Os atos decorrentes da nova convocação a que se refere o item 14.2, serão realizados através de convocação pelo sistema eletrônico, com a convocação direta dos licitantes remanescentes classificados para a análise da aceitabilidade do preço, e se for o caso, verificação – Documentação de Habilitação, com observância de todos os termos previstos neste Edital.

14.4 Uma vez assinado o contrato será publicado no Portal Nacional de Compras Públicas -PNCP e no portal da transparência do Município de Rio das Ostras, dentro do prazo previsto em na Lei Federal 14.133./2021 bem como no Decreto Municipal 3884/2024.

15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de contratação.

15.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

15.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras

15.11 As empresas deverão comunicar qualquer alteração de endereço ou contato celular com WhatsApp habilitado para receber todas as notificações do Município de Rio das Ostras, sob pena de validade das notificações realizadas unicamente pelo Jornal Oficial do Município.

15.12 A fiscalização será de acordo com estabelecido do Termo de Referência.

15.13 O critério de aceitabilidade será de acordo com o estabelecido no Termo de Referência.

15.14 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO III – Proposta de Preços;

ANEXO IV – Critério de Aceitabilidade.

Rio das Ostras, 24 de junho de 2026.

Ubiratan Nunes da Silva
Secretário Municipal de Licitações, Compras e Contratos



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de 32 (trinta e dois) transformadores de distribuição trifásicos, imersos em óleo mineral isolante, classe de tensão 15 kV, frequência 60 Hz, destinados à ampliação e adequação da infraestrutura elétrica de unidades escolares e administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (SEMEDE), em conformidade com as normas técnicas da ABNT e especificações da concessionária ENEL Rio, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DESTINADOS À ME/EPP

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|-----------------------|--------|---|-----|-----|---------------|-----------------------|
| 1 | 473087 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 112,5 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 3 | R\$ 21.863,07 | R\$ 65.589,21 |
| 2 | 477059 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 150 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 1 | R\$ 25.038,19 | R\$ 25.038,19 |
| 3 | 362608 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 225 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 2 | R\$ 34.428,28 | R\$ 68.856,56 |
| TOTAL ESTIMADO | | | | | | R\$ 159.483,96 |

DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|-----------------------|--------|---|-----|-----|---------------|-----------------------|
| 4 | 473087 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 112,5 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 10 | R\$ 21.863,07 | R\$ 218.630,70 |
| 5 | 477059 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 150 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 6 | R\$ 25.038,19 | R\$ 150.229,14 |
| 6 | 362608 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 225 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 7 | R\$ 34.428,28 | R\$ 240.997,96 |
| 7 | 477052 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 300 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 3 | R\$ 40.631,58 | R\$ 121.894,74 |
| TOTAL ESTIMADO | | | | | | R\$ 731.752,54 |

| | |
|--------------------|-----------------------|
| VALOR TOTAL | R\$ 891.236,50 |
|--------------------|-----------------------|



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigos 174 e seguintes do Decreto nº 14.730/2023.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

1.5 Será concedido o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 para as microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

1.5.1 A obtenção dos benefícios a que se referem os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

1.5.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

1.6 A Contratante deverá cumprir a reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

1.7 A presente contratação não está vinculada à utilização de Catálogo Eletrônico de Padronização, nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a inexistência, no âmbito da Administração Municipal, de catálogo eletrônico previamente instituído que contemple os equipamentos objeto da presente contratação.

1.8 A padronização técnica dos equipamentos a serem adquiridos observa as normas técnicas aplicáveis ao setor elétrico, notadamente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (NBR 5356, NBR 5440 e NBR 10295), bem como as especificações técnicas da concessionária local de energia elétrica e demais regulamentações aplicáveis.

1.8.1 A adoção dessas referências técnicas visa assegurar a compatibilidade dos transformadores com a infraestrutura elétrica existente nas unidades atendidas, bem como garantir segurança operacional, eficiência energética e uniformidade técnica dos equipamentos incorporados ao patrimônio público municipal.

1.9 A elaboração do presente Termo de Referência observou as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 007/2025 – PGM, publicada no Jornal Oficial do Município, Edição nº 1841, de 18 de julho de 2025, que dispõe sobre a padronização das minutas e instrumentos relacionados às contratações públicas no âmbito da Administração Municipal.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE é responsável pela gestão de 53 (cinquenta e uma) unidades escolares e administrativas, que atendem aproximadamente 22.000 (vinte e dois mil) alunos da rede municipal de ensino, além de servidores e demais usuários dos serviços educacionais.

2.2 As unidades escolares e administrativas dependem do adequado funcionamento de suas instalações elétricas para garantir a continuidade das atividades pedagógicas e administrativas, incluindo iluminação, funcionamento de equipamentos educacionais, sistemas de informática, equipamentos de cozinha e demais estruturas necessárias ao atendimento dos estudantes.

2.3 Nos últimos anos, o Município vem promovendo a modernização da infraestrutura das unidades escolares, especialmente por meio da implementação de sistemas de climatização e ampliação do uso de equipamentos elétricos de apoio às atividades pedagógicas e administrativas, o que implica aumento significativo da carga elétrica instalada.

2.4 Levantamentos técnicos realizados pela equipe de engenharia elétrica municipal indicaram que, em diversas unidades contempladas, a infraestrutura elétrica atualmente disponível não possui capacidade de transformação suficiente para suportar a carga elétrica projetada após a implementação das melhorias estruturais, especialmente em razão da ampliação dos sistemas de climatização e do aumento do uso de equipamentos elétricos.

2.5 A insuficiência da capacidade de transformação elétrica pode ocasionar limitações operacionais no fornecimento de energia, quedas de tensão e restrições no funcionamento adequado dos equipamentos instalados, comprometendo a segurança das instalações e a continuidade das atividades educacionais.

2.6 Nesse contexto, a aquisição de transformadores de distribuição com potência adequada à demanda energética projetada mostra-se necessária para promover a adequação da infraestrutura elétrica das unidades escolares e administrativas vinculadas à SEMEDE, garantindo maior confiabilidade operacional, segurança das instalações e suporte às atividades educacionais desenvolvidas no âmbito da rede municipal de ensino.

2.7 A contratação também visa assegurar maior eficiência na gestão da infraestrutura elétrica municipal, prevenindo falhas decorrentes de sobrecarga, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas emergenciais e promovendo melhores condições para o funcionamento das atividades pedagógicas e administrativas.

2.8 Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE possui atualmente 53 (cinquenta e três) unidades escolares e administrativas. Entretanto, levantamento técnico realizado pela equipe de engenharia elétrica municipal identificou que apenas 32 (trinta e duas) unidades apresentam necessidade de substituição ou ampliação da capacidade de transformação atualmente instalada, em razão da incompatibilidade entre a potência disponível e a carga elétrica projetada após a implementação das melhorias estruturais. As demais unidades avaliadas possuem infraestrutura elétrica compatível com a demanda atual, não sendo necessária, neste momento, a substituição dos transformadores existentes.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

2.9 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, conforme detalhamento a seguir:

I – ID PCA no PNCP: 39223581000166-0-000001/2026;

II – Data de publicação no PNCP: 30/05/2025;

III – ID do item no PCA: 3695;

IV – Classe/Grupo: 6120 – Transformadores para Estação de Força e de Distribuição;

V – Identificador da Futura Contratação: 982921-525/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A solução proposta consiste na aquisição de transformadores de distribuição trifásicos, imersos em óleo mineral isolante, classe de tensão 15 kV, frequência 60 Hz, destinados à adequação da infraestrutura elétrica de unidades escolares e administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, fabricados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como com as especificações técnicas da concessionária local de energia elétrica.

3.2 O ciclo de vida da contratação compreende as etapas de fabricação, transporte, entrega, conferência técnica, recebimento, armazenamento e posterior utilização dos equipamentos pela Administração Pública, observando-se os requisitos de qualidade, segurança, durabilidade e eficiência energética aplicáveis aos transformadores de distribuição.

3.3 Os transformadores deverão ser fornecidos acompanhados de todos os acessórios necessários à sua operação, bem como da documentação técnica pertinente, incluindo relatórios de ensaios de fábrica, certificados de conformidade e manuais técnicos, garantindo a rastreabilidade e a verificação da conformidade dos equipamentos fornecidos.

3.4 A contratada será responsável por todas as etapas logísticas relacionadas ao fornecimento dos equipamentos, incluindo transporte, seguro, descarga e entrega nos locais indicados pela Administração, garantindo a integridade física dos transformadores até o recebimento definitivo pela fiscalização do contrato, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

3.5 A solução adotada consiste na aquisição dos equipamentos por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, considerando tratar-se de bens comuns cujas especificações técnicas podem ser objetivamente definidas, sendo adotado como critério de julgamento o menor preço por item, em razão da divisibilidade técnica do objeto por potência nominal dos transformadores.

3.6 O prazo de entrega dos equipamentos será estabelecido no instrumento contratual, contado a partir da emissão da Ordem de Fornecimento pela Administração, observadas as condições logísticas necessárias à fabricação e transporte dos transformadores.

3.7 A instalação dos transformadores não integra o objeto da presente contratação, sendo objeto de contratação futura e independente, em razão da diferença de natureza técnica entre o fornecimento dos equipamentos e a execução dos serviços de montagem eletromecânica em campo.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

3.8 A análise de riscos da contratação, considerando fatores que possam afetar a execução contratual, tais como atrasos no fornecimento, danos durante o transporte ou fornecimento de equipamentos em desconformidade com as especificações técnicas, encontra-se detalhada em tópico específico do mapa de riscos, apêndice deste Termo de Referência.

3.9 Após a fase de julgamento das propostas, será verificada a compatibilidade dos equipamentos ofertados com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, mediante análise de catálogos técnicos, fichas técnicas ou documentos equivalentes apresentados pela licitante vencedora.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Os transformadores deverão utilizar óleo mineral isolante novo, certificado como livre de Bifenilas Policloradas (PCBs/Ascarel), em conformidade com as normas ambientais aplicáveis e com a Convenção de Estocolmo.

4.1.2 Os equipamentos deverão atender aos limites de perdas e eficiência energética estabelecidos nas normas técnicas aplicáveis, especialmente ABNT NBR 10295, contribuindo para maior eficiência do sistema elétrico e redução do consumo de energia.

4.1.3 Os equipamentos deverão ser fabricados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como com as especificações técnicas da concessionária local de energia elétrica.

Da exigência de amostra

4.2 Considerando a natureza do objeto da contratação, não será exigida apresentação de amostra física dos equipamentos, tendo em vista tratar-se de bens de grande porte cuja avaliação de conformidade será realizada por meio da análise de documentação técnica e catálogos do fabricante.

Catálogo para aferição de conformidade

4.3 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogo técnico, ficha técnica ou documentação equivalente do fabricante, para fins de verificação da conformidade dos equipamentos ofertados com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.4 Para fins de avaliação da conformidade dos equipamentos ofertados, a licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, catálogo técnico, ficha técnica ou folder do fabricante do transformador proposto, em língua portuguesa ou acompanhado de tradução livre, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da solicitação realizada pelo pregoeiro no sistema eletrônico.

4.5 A documentação técnica deverá conter, no mínimo:

- identificação do fabricante;
- nome e modelo do transformador ofertado;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

- potência nominal;
- classe de tensão;
- características técnicas principais do equipamento;
- dimensões e peso aproximado;
- acessórios fornecidos com o equipamento;
- imagem ilustrativa do produto.

4.6 O(s) catálogo(s) poderá(ão) ser entregue(s) presencialmente, no setor responsável na Divisão de Suprimentos da SEMEDE, na Rua Niterói, nº 130 – Jardim Mariléa – Rio das Ostras, no horário de 8h às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, mediante protocolo de recebimento **ou por meio eletrônico, em formato PDF, encaminhado ao e-mail institucional: compras@edu.pmro.rj.gov.br.**

4.7 A ausência de apresentação do catálogo técnico ou a apresentação de documentação em desconformidade com as exigências desta cláusula poderá ensejar a desclassificação da proposta, caso não seja possível comprovar a conformidade do equipamento ofertado com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Subcontratação

4.8 Será permitida a subcontratação apenas dos serviços de transporte, logística, movimentação e entrega dos equipamentos, permanecendo a contratada integralmente responsável perante a Administração pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive quanto aos prazos de entrega, integridade dos bens transportados, qualidade, conformidade técnica e garantia dos transformadores fornecidos.

4.9 A subcontratação dos serviços de transporte não estabelece qualquer vínculo jurídico entre a Administração e a empresa subcontratada, respondendo a contratada principal por todos os atos praticados por seus subcontratados no âmbito da execução contratual.

Consórcio:

4.10 Não será admitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio, ainda que legalmente constituído, em razão da natureza do objeto licitado e da necessidade de responsabilização direta e exclusiva da empresa contratada pelo fornecimento dos equipamentos.

4.11 A vedação fundamenta-se na necessidade de padronização técnica dos transformadores fornecidos, no controle de qualidade homogêneo dos equipamentos e na responsabilização direta da contratada quanto ao cumprimento das especificações técnicas, garantia e desempenho dos equipamentos. Ademais, observa-se que o mercado fornecedor de transformadores de distribuição é amplamente competitivo, sendo plenamente possível a participação individual de empresas com capacidade técnica e econômico-financeira para execução integral do objeto.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

ME, EPP e Cooperativa:

4.12 Será assegurado o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto:

- à aplicação da reserva de cota de até 25% do quantitativo de cada item, quando aplicável;
- ao direito de preferência em caso de empate ficto;
- à possibilidade de regularização fiscal posterior, nos termos da legislação vigente.

4.13 Será admitida a participação de cooperativas no certame, desde que atendam integralmente às exigências de habilitação jurídica, técnica, fiscal e trabalhista previstas neste Termo de Referência e no edital, observadas as disposições aplicáveis da legislação vigente.

Garantia contratual:

4.14 Garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

4.15 A futura contratada se obriga a apresentar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

4.16 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.17 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.18 A futura contratada poderá substituir a apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

4.19 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração em relação à garantia da contratação.

4.20 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

4.21 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo acima, observada a legislação que rege a matéria.

4.22 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser indicada pelo Município, com correção monetária.

4.23 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.24 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.25 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.26 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.27 A futura Contratada executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.28 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

4.29 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.30 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.31 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.32 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.33 A futura Contratada autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

4.34 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

4.35 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Os Contratados, licitantes e/ou adjudicatários ficarão sujeitos às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, disponível no site do Município, e demais cominações legais aplicáveis, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório.

6. DO REAJUSTE CONTRATUAL

6.1. Considerando o disposto no art. 25, § 7º, da Lei n.º 14133/2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento estimado, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei.

6.2. Os preços inicialmente são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento estimado definitivo.

6.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5.1. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.5.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.

6.5.4. O reajuste será realizado por apostilamento, ou por aditivo.

6.5.5. O reajuste a que a futura contratada fazer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

Condições de Entrega:

Condições de Entrega

7.1 O prazo máximo para entrega da totalidade dos equipamentos é de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento pela Contratante.

7.2 Admite-se a entrega parcelada dos equipamentos, desde que previamente acordada com a fiscalização do contrato e observada a entrega da totalidade dentro do prazo máximo estabelecido no subitem anterior.

7.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar formalmente as razões respectivas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, para análise de eventual prorrogação do prazo, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

Local de Entrega

7.4 Os transformadores deverão ser entregues diretamente nas unidades escolares ou administrativas indicadas pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE.

7.5 A relação completa dos endereços das unidades onde ocorrerão as entregas consta no Anexo deste Termo de Referência.

Transporte, seguro e acondicionamento

7.6 A entrega dos equipamentos deverá ser previamente agendada com a fiscalização do contrato, observando-se os horários e condições operacionais estabelecidos pela Administração.

7.7 O transporte dos equipamentos correrá integralmente por conta e risco da Contratada, na modalidade CIF, incluindo seguro cobrindo 100% do valor dos equipamentos.

7.8 A responsabilidade da contratada e a cobertura securitária abrangem todas as etapas desde a saída da fábrica até o posicionamento final no local indicado pela fiscalização, incluindo operações de descarga e movimentação no destino.

7.9 Os veículos utilizados deverão ser adequados ao peso e às dimensões dos equipamentos, garantindo condições seguras de transporte.

7.10 Cada transformador deverá ser entregue com embalagem adequada para transporte rodoviário e armazenamento temporário, sobre pallet de madeira resistente ou estrutura equivalente, com dispositivos que impeçam movimentação ou danos durante o transporte.

7.11 Os equipamentos deverão conter placa de identificação visível e ser acompanhados de manual de operação e manutenção em língua portuguesa.

Descarga e movimentação

7.12 A descarga e movimentação dos transformadores no local de entrega serão de responsabilidade da Contratada, devendo ser utilizados equipamentos adequados ao peso e às dimensões dos equipamentos, tais como caminhão munck, guindaste ou equipamento equivalente, bem como equipe técnica capacitada para realização da operação com segurança.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

7.13 A contratada deverá garantir que as operações de descarga e posicionamento dos equipamentos ocorram de forma segura, observando as normas de segurança aplicáveis e evitando danos aos equipamentos, às instalações da Administração e a terceiros.

Garantia

7.14 O prazo de garantia contratual dos equipamentos será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7.15 A garantia abrangerá defeitos de fabricação, falhas prematuras de componentes e vícios ocultos que comprometam o funcionamento adequado dos equipamentos.

7.16 Durante o período de garantia, a contratada deverá promover, sem qualquer ônus para a Administração, a substituição ou reparo dos equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação formal da Administração.

7.17 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da contratada.

Assistência técnica

7.18 A contratada deverá disponibilizar serviço de assistência técnica durante o período de garantia, com atendimento de chamados em até 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação da Administração.

7.19 A assistência técnica deverá contemplar a avaliação do equipamento e emissão de laudo técnico em até 5 (cinco) dias úteis, indicando as providências necessárias para a correção da falha identificada.

7.20 Quando necessária a substituição de componentes, deverão ser utilizadas peças novas, originais ou equivalentes certificadas, compatíveis com as especificações técnicas do equipamento.

Obrigações da contratada

7.21 Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo das demais previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual:

- a) fornecer os transformadores em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na proposta apresentada;
- b) garantir que os equipamentos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, fabricados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e em perfeitas condições de funcionamento;
- c) responsabilizar-se integralmente pela fabricação, transporte, seguro, descarga e entrega dos equipamentos nos locais indicados pela Administração, garantindo a integridade dos equipamentos até o recebimento definitivo;
- d) apresentar os relatórios de ensaios de fábrica individualizados por equipamento, certificados de conformidade e demais documentos técnicos exigidos neste Termo de Referência, como condição para o recebimento definitivo dos equipamentos;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

- e) cumprir rigorosamente os prazos de fornecimento estabelecidos neste Termo de Referência e nas Ordens de Fornecimento emitidas pela Administração;
- f) substituir ou reparar, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, os equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação, vícios ou desconformidade com as especificações técnicas exigidas;
- g) comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento das obrigações contratuais;
- h) prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela fiscalização do contrato durante a execução contratual;
- i) manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes do fornecimento dos equipamentos.

Obrigações da contratante

7.22 Constituem obrigações da contratante:

- a) emitir as Ordens de Fornecimento necessárias à execução do objeto contratual;
- b) informar previamente à contratada os locais de entrega dos equipamentos, conforme relação de unidades constantes nos anexos deste Termo de Referência;
- c) designar formalmente gestor e fiscais do contrato para acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- d) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade dos equipamentos fornecidos com as especificações estabelecidas;
- e) realizar o recebimento provisório e definitivo dos equipamentos nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) comunicar à contratadas quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos equipamentos;
- g) efetuar o pagamento à contratada nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato;
- h) disponibilizar condições adequadas para o recebimento dos equipamentos nas unidades indicadas para entrega.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica (Art. 17, II, c/c Art. 42 do Decreto nº 3.884./24)

8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

8.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

Fiscalização Administrativa (Art. 17, III, c/c Art. 43 do Decreto nº 3.884/24)



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

8.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art.42 e 43 do Decreto Municipal nº 3884, de 2024).

8.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

8.9.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

8.9.2. Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários a esta constatação, com especial atenção para a regularidade trabalhista e previdenciária nos casos de obras e serviços com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;

8.9.3. examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

8.9.4. atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.9.5. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, sob coordenação do gestor do contrato;

8.9.6. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado e

8.9.7. realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9.8. receber e conferir a nota fiscal emitida pela contratada, atestando a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratada, para fins de pagamento das faturas correspondentes;

8.9.9. Nos casos de requerimento de revisão contratual, exigir a comprovação dos custos suportados pelo contratado através de notas fiscais, realizando análise crítica da compatibilidade dos preços com a realidade de mercado constatada junto a outras fontes;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

8.9.10. Receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o gestor do contrato que, após conferência, remeterá a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

8.9.11. Verificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte da contratada, inclusive no que se refere à utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e empregados da contratada, e, na hipótese de descumprimento, comunicar ao gestor para impulsionar o procedimento tendente à notificação da contratada para o cumprimento das normas trabalhistas e instauração de processo administrativo para aplicação de sanção administrativa;

8.9.12. Certificar-se do correto cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias decorrentes do contrato e, caso necessário, buscar auxílio junto os setores de contabilidade da Administração para a verificação dos cálculos apresentados, observando o disposto no art. 46 do Decreto 3.884/24;

8.10 A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada por três servidores designados pela unidade gestora, que terão poderes para conferir a entrega dos materiais, atestar a conformidade dos produtos, elaborar relatórios de acompanhamento e comunicar à Administração quaisquer irregularidades. **Serão eles:**

- Marcio Ribeiro Oliveira, matrícula nº 4821-6
- Cassio Melo Carvalho, matrícula nº 21151-6
- Renato Medeiros Cirino, matrícula nº 21632-1

Gestor do Contrato (Art. 41 do Decreto 3.884/24)

8.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

8.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

9.1 As condições de pagamento estabelecidas neste Termo de Referência buscam assegurar prazo compatível com as práticas do setor privado e com as condições usuais de mercado, em conformidade com o disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30(trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

9.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.10.1. o prazo de validade;
- 9.10.2. a data da emissão;
- 9.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 9.10.5. o valor a pagar;
- 9.10.6. o número da Nota de Empenho;
- 9.10.7. o número da ORFOR;
- 9.10.8 a Descrição dos bens; e
- 9.10.9. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- 9.10.10. número do lote, quando se tratar de medicamentos.

9.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

9.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, para os contratos em geral.

9.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

9.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.23.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.24 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, na modalidade de disputa aberto e fechado.

Forma de fornecimento

10.2 O fornecimento do objeto será parcelado, conforme indicado na ordem de fornecimento emitida pela contratante.

Exigências de habilitação



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

10.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física;

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

10.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

10.25.1. A boa situação financeira da empresa será demonstrada pelo licitante através da aplicação dos índices econômicos financeiros, a serem extraídos do balanço patrimonial indicado acima, calculado com duas casas decimais de acordo com a fórmula abaixo, observando-se o resultado obtido da aplicação dos índices econômicos financeiros.

- ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE $ILC = AC/PC \geq 1,00$
- ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL $ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) \geq 1,00$
- ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL..... $IEG = (PC+ELP) / AT < 1,00$



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

Onde:

AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

AT = ATIVO TOTAL

10.25.2. Os licitantes que apresentarem resultado inferior a 1 (um) nos índices de Liquidez Corrente (LC) e Liquidez Geral (LG) ou resultado maior ou igual a 1 (um) no Índice de Endividamento Geral (IEG), deverão comprovar, considerados os riscos da Administração, o patrimônio líquido mínimo, 2,5% (dois e meio por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

10.25.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.25.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.25.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (art. 65, §1º, Lei nº 14.133, de 2021).

10.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.29. admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

10.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 891.236,50 (oitocentos e noventa e um mil duzentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) conforme custos unitários apostos na tabela do item 1 e justificados com base na pesquisa de mercado anexa a este Termo de Referência.

11.2 Os preços apresentados pelas licitantes deverão contemplar todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo despesas com fabricação, transporte, seguro, embalagem, descarga, tributos, encargos sociais e quaisquer outros custos diretos ou indiretos necessários ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

11.3 O orçamento estimado da contratação não possui caráter sigiloso, sendo divulgado juntamente com o edital e seus anexos, em observância aos princípios da transparência e da publicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

| Fonte de Recursos | Programa de Trabalho | Elemento de Despesa |
|--------------------------|--|---|
| 2.573.0000 | 12.122.0004.2.634 – Manutenção e Desenvolvimento da Secretaria de Educação | 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente |
| 1.573.0000 | 12.361.0004.2.652 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Anos Iniciais) | 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente |
| 2.573.0000 | 12.361.0004.2.652 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Anos Finais) | 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente |
| 2.573.0000 | 12.365.0004.2.654 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil (Creche) | 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente |
| 2.573.0000 | 12.365.0004.2.655 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil (Pré-Escola) | 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente |



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Certifica-se que na elaboração do presente Termo de Referência e na condução das etapas preparatórias da contratação foram observadas as disposições relativas ao princípio da segregação de funções, assegurando que as atividades de planejamento, elaboração dos documentos técnicos, análise administrativa e demais atos inerentes ao processo sejam desempenhados por agentes públicos distintos, em conformidade com as boas práticas de governança e controle da Administração Pública.

14. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

- ✓ Mapa de Risco
- ✓ Endereço das Unidades Escolares
- ✓ Memória de Cálculo

15. DÚVIDAS E/OU MAIORES INFORMAÇÕES

15.1 Em caso de dúvidas com relação a contratação, disponibilizamos os seguintes contatos:

| SECRETARIA | TELEFONE |
|--|---------------------------------|
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER SEMEDE | (22) 2771-6111 / (22) 2771-8441 |

Rio das Ostras, 15 de junho de 2026.

Pâmella Rios
Mat. 17457-2



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - MAPA DE RISCOS

Aquisição de 32 Transformadores de Distribuição Trifásicos

Classe 15 kV — Imersos em Óleo Mineral Isolante — 60 Hz

Município de Rio das Ostras/RJ — SEMEDE

1. METODOLOGIA

O presente Mapa de Riscos utiliza a Matriz de Probabilidade versus Impacto (PxI) em escala simplificada de 3 níveis, onde o Risco (R) é obtido pela multiplicação da Probabilidade (P) pelo Impacto (I). A Probabilidade é classificada em Baixa (1), Média (2) ou Alta (3), e o Impacto em Baixo (1), Médio (2) ou Alto (3). A classificação resultante segue o heatmap abaixo.

| P \ I | 1 (Baixo) | 2 (Médio) | 3 (Alto) |
|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 3 (Alta) | 3 - Médio | 6 - Médio | 9 - ALTO |
| 2 (Média) | 2 - Baixo | 4 - Médio | 6 - Médio |
| 1 (Baixa) | 1 - Baixo | 2 - Baixo | 3 - Médio |

- BAIXO (1-2): Monitorar — Riscos aceitáveis, rotina normal.
- MÉDIO (3, 4, 6): Prevenir — Exige plano de ação específico e atenção constante.
- ALTO (9): Crítico — Ação imediata. Pode inviabilizar o fornecimento.

2. TABELA DE RISCOS IDENTIFICADOS

| Nº | Risco (Evento) | Consequência | P | I | PxI | Classif. | Prevenção (Antes) | Contingência (Depois) | Fase |
|-----|--|---|---|---|-----|----------|---|---|----------|
| R01 | Atraso na entrega por gargalo na cadeia de suprimentos | Adiamento da instalação dos transformadores e impacto no cronograma do Plano de Climatização, | 2 | 2 | 4 | MÉDIO | Incluir cláusula de multa de 0,5% ao dia, limitada a 20% do valor contratual. Exigir relatórios quinzenais de andamento da fabricação. | Acionar a garantia de execução (caução de 5%) e aplicar multa. Convocar o licitante remanescente classificado. Revisar o cronograma de instalação para absorver o atraso parcial. | Execução |



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

| Nº | Risco (Evento) | Consequência | P | I | PxI | Classif. | Prevenção (Antes) | Contingência (Depois) | Fase |
|-----|--|--|---|---|-----|----------|--|--|--------------------|
| | | podendo comprometer o calendário letivo. | | | | | Prever no edital a possibilidade de convocação do segundo colocado em caso de inexecução. Resp.: Gestor do Contrato / Pregoeiro. | Resp.: Gestor do Contrato / Procuradoria. | |
| R02 | Armazenamento prolongado com degradação de componentes | Ressecamento de vedações elastoméricas, trincas em buchas de porcelana por variação térmica e absorção de umidade pelo óleo mineral, comprometendo a rigidez dielétrica. | 2 | 3 | 6 | MÉDIO | Armazenar em local coberto, ventilado, sem contato direto com o solo (sobre pallets). Realizar inspeções visuais trimestrais pela equipe de fiscalização. Deflagrar concomitantemente a licitação dos serviços de instalação. Resp.: Fiscal Técnico. | Providenciar análise físico-química do óleo isolante para equipamentos com mais de 6 meses de estoque. Recondicionar vedações e tratar o óleo antes da instalação, com custo a cargo da Administração. Resp.: Fiscal Técnico | Execução |
| R03 | Descompasso entre fornecimento e contratação da instalação | Imobilização de recursos públicos em estoque sem utilização, erosão do prazo de garantia e risco de deterioração dos equipamentos. | 3 | 2 | 6 | MÉDIO | Paralelizar os processos licitatórios: iniciar o pregão de instalação simultaneamente à assinatura do contrato de fornecimento. Incluir cronograma integrado no planejamento da SEMEDE. Resp.: Secretário da SEMEDE / Setor de Licitações. | Utilizar parcialmente o estoque para demandas emergenciais em unidades críticas. Buscar contratação emergencial de instalação (art. 75, VIII, Lei 14.133/2021) se o atraso ultrapassar 6 meses. Resp.: Gestor do Contrato / Procuradoria. | Execução / Entrega |
| R04 | Erosão da garantia contratual antes da energização | Equipamentos operando com cobertura de garantia reduzida, dificultando a responsabilização do fabricante por defeitos latentes que | 2 | 2 | 4 | MÉDIO | Paralelizar processos licitatórios conforme recomendação do item 4.2 do TR. Controlar vigência da garantia com sistema de alerta 60 dias antes do vencimento. Resp.: Gestor do Contrato / Fiscal Técnico. | Acionar proteção legal por vícios ocultos de fabricação (arts. 441 e 445 do Código Civil), aplicável independentemente do término da garantia contratual. Documentar rigorosamente as condições de armazenamento para resguardar direito de impugnação. | Entrega |



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

| Nº | Risco (Evento) | Consequência | P | I | PxI | Classif. | Prevenção (Antes) | Contingência (Depois) | Fase |
|------------|--|--|----------|----------|----------|--------------|---|---|-------------------------|
| | | tipicamente se manifestam nos primeiros meses de operação. | | | | | | Resp.: Fiscal Técnico / Procuradoria. | |
| R05 | Danos durante transporte rodoviário até as unidades escolares | Avárias em buchas de porcelana, indicadores de temperatura, vedações e pintura. Possível vazamento de óleo isolante e inutilização do equipamento. | 2 | 2 | 4 | MÉDIO | Exigir seguro de transporte cobrindo 100% do valor dos equipamentos (CIF). Exigir embalagem sobre pallet com dispositivos de fixação e veículos adequados. Incluir acompanhamento técnico obrigatório durante descarga. Resp.: Contratada / Fiscal Técnico. | Rejeitar o equipamento danificado no recebimento provisório e exigir substituição sem ônus. Acionar o seguro de transporte para cobertura dos danos. Resp.: Fiscal Técnico / Contratada. | Execução |
| R06 | Volatilidade de preços de commodities metálicas (cobre e aço-silício GO) | Propostas acima do orçamento estimativo, licitação deserta ou fornecedor com dificuldade de manter o preço ofertado durante a fabricação. | 2 | 2 | 4 | MÉDIO | Utilizar pesquisa de preços atualizada (menos de 6 meses). Prever margem orçamentária para eventuais ajustes. Conduzir o pregão com celeridade para minimizar exposição à variação cambial. Resp.: Pregoeiro / Setor de Orçamento. | Republicar o edital com nova estimativa de preços, caso a licitação resulte deserta. Avaliar a possibilidade de negociação direta com o primeiro classificado nos limites legais. Resp.: Pregoeiro / Ordenador de Despesa. | Planejamento |
| R07 | Incompatibilidade com padrões atualizados da concessionária ENEL Rio | Recusa da concessionária em aceitar a conexão dos transformadores, exigindo adequações técnicas não previstas ou, no limite, | 1 | 3 | 3 | MÉDIO | Especificar conformidade com a versão vigente da norma ENEL Rio à data da fabricação. Manter interface permanente da SEMEDE com o setor de engenharia da ENEL Rio durante todo o processo. Resp.: Fiscal Técnico / SEMEDE. | Negociar prazo de transição normativa com a ENEL Rio (normalmente superior a 24 meses). Realizar adequações pontuais nos equipamentos, se tecnicamente viável. Resp.: Fiscal Técnico | Planejamento / Execução |





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

| Nº | Risco (Evento) | Consequência | P | I | PxI | Classif. | Prevenção (Antes) | Contingência (Depois) | Fase |
|-----|---|---|---|---|-----|----------|--|--|--------------|
| | | substituição de equipamentos. | | | | | | | |
| R08 | Falha ou inidoneidade do fornecedor durante a execução contratual | Interrupção do fornecimento, descumprimento de prazos e especificações, comprometimento integral do cronograma de climatização. | 1 | 3 | 3 | MÉDIO | Exigir certificações ISO 9001 e INMETRO como filtro de capacidade industrial. Exigir atestado de fornecimento anterior de no mínimo 20 transformadores (75-300 kVA). Exigir garantia de execução contratual (caução de 5% do valor do contrato). Resp.: Pregoeiro / Comissão de Licitação. | Executar a caução de 5% e aplicar multa compensatória de até 30%. Convocar o remanescente classificado (art. 90, §2º, Lei 14.133/2021). Instaurar processo administrativo para impedimento de licitar. Resp.: Gestor do Contrato / Procuradoria. | Execução |
| R09 | Licitação deserta ou fracassada | Atraso significativo no cronograma de aquisição e, por consequência, no Plano de Climatização. Necessidade de republicação com possível elevação de custos. | 1 | 2 | 2 | BAIXO | Elaborar pesquisa de preços robusta e atualizada, compatível com o mercado. Adotar lote único para atratividade de fabricantes de grande porte. Resp.: Pregoeiro / Setor de Compras. | Republicar o edital com eventuais ajustes no preço de referência. Avaliar contratação direta nos termos do art. 75, III, da Lei 14.133/2021, se comprovada a ausência de competição. Resp.: Pregoeiro / Procuradoria. | Planejamento |
| R10 | Não conformidade técnica detectada nos ensaios de recebimento | Rejeição de equipamentos, necessidade de substituição pelo fornecedor e atraso na disponibilização dos transformadores para instalação. | 1 | 2 | 2 | BAIXO | Exigir relatórios de ensaio de rotina individualizados conforme NBR 5356 como condição para recebimento definitivo. Designar fiscal técnico (engenheiro eletricista) para análise detalhada dos laudos. Resp.: Fiscal Técnico. | Rejeitar formalmente o equipamento e exigir substituição no prazo de 15 dias, conforme cláusula de garantia. Registrar a ocorrência para fins de avaliação de desempenho da contratada. Resp.: Fiscal Técnico / Gestor do Contrato. | Entrega |



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

| Nº | Risco (Evento) | Consequência | P | I | PxI | Classif. | Prevenção (Antes) | Contingência (Depois) | Fase |
|-----|---|---|---|---|-----|----------|---|---|--------------|
| R11 | Vazamento de óleo mineral isolante durante armazenamento ou manuseio | Contaminação ambiental localizada, necessidade de remediação e possível autuação por órgão ambiental. Perda de rigidez dielétrica do equipamento afetado. | 1 | 2 | 2 | BAIXO | Exigir inspeção visual rigorosa de estanqueidade no ato do recebimento provisório. Armazenar sobre pallets em local nivelado, sem empilhamento. Exigir que a contratada disponibilize kits de contenção de vazamento no transporte. Resp.: Fiscal Técnico / Contratada. | Acionar procedimento de contingência ambiental (PCA) da contratada. Isolar a área afetada, conter o vazamento e providenciar remediação conforme legislação ambiental. Notificar a contratada para reposição do óleo e reparo do equipamento. Resp.: Fiscal Técnico / Contratada. | Execução |
| R12 | Atraso na designação de fiscal técnico ou na preparação dos locais de armazenamento | Impossibilidade de receber os equipamentos nas unidades escolares, gerando custos adicionais de armazenamento provisório e exposição a danos. | 2 | 1 | 2 | BAIXO | Designar gestor e fiscais por portaria previamente à assinatura do contrato (conforme arts. 117 a 120, Lei 14.133/2021). Preparar infraestrutura de armazenamento (local coberto, nivelado, com acesso para veículos) antes da Ordem de Fornecimento. Resp.: Secretário SEMEDE / Direções Escolares. | Redirecionar entregas para unidade escolar com infraestrutura disponível. Solicitar à contratada a guarda temporária mediante depósito formal, sem ônus adicional se previsto em contrato. Resp.: Gestor do Contrato / SEMEDE. | Planejamento |

3. RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO DE RISCOS

| Classificação | Quantidade | Percentual | Ação Requerida |
|---------------|------------|------------|-----------------------------|
| BAIXO | 4 | 33.3% | Monitorar |
| MÉDIO | 8 | 66.7% | Prevenir com plano de ação |
| ALTO | 0 | 0.0% | Ação imediata e prioritária |





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de riscos identificou 12 eventos com probabilidade plausível de ocorrência e impacto significativo sobre o objeto da contratação. Nenhum risco foi classificado como ALTO (PxI = 9), o que indica que, com a adoção das medidas de prevenção e contingência aqui propostas, a aquisição dos 32 transformadores de distribuição é viável e seus riscos são gerenciáveis.

O principal fator de atenção reside na desconformidade entre fornecimento e instalação (R03, PxI = 6), cuja probabilidade alta decorre da natureza burocrática dos processos licitatórios. A recomendação central deste mapa — e reiterada no ETP e no TR — é a paralelização dos certames de fornecimento e instalação, medida que mitiga simultaneamente os riscos R02, R03 e R04.

A segregação clara entre ações de prevenção (proativas) e contingência (reativas), com responsáveis definidos para cada medida, permite à Administração uma gestão de riscos efetiva e rastreável ao longo de todas as fases da contratação.

Rio das Ostras/RJ, 07 de abril de 2026.

Cassio Melo Carvalho

Coordenador

Matrícula: 21151-6





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – ENDEREÇO DAS UNIDADES ESCOLARES

| LOCAL | | ENDEREÇO |
|-------|--|---|
| 1 | CIEP Brizolão Municipalizado Mestre Marçal | End.: Alameda Desembargador Ellis Hermídio Figueira, s/nº – Jardim Campomar, Rio das Ostras |
| 2 | Colégio Municipal Profº Américo Abdalla | End.: Rua Carlos Viana, s/nº – Nova Esperança, Rio das Ostras |
| 3 | Creche Municipal Dona Cota | End.: Rua Grivaldo Martins da Conceição, s/nº – Nova Esperança, Rio das Ostras |
| 4 | Creche Municipal Dona Lina | End.: Rua 59, s/nº, Loteamento Praia Âncora, Rio das Ostras |
| 5 | Creche Municipal Dona Senhorinha | End.: Rua Jornalista Jaime Barreiros, nº 553 – Recanto, Rio das Ostras |
| 6 | Creche Municipal Maria Rosa Ribeiro Pinheiro – Tia Didi | End.: Rua Rainha da Noite, nº 156 – Âncora, Rio das Ostras |
| 7 | Creche Municipal Valdira Flausino Rodrigues | End.: Rua Manoel Pedro Freire, s/nº – Nova Cidade, Rio das Ostras |
| 8 | Escola Estadual Municipalizada Fazendas Reunidas Atlântica | End.: Rua Madre Paulina, Lotes 24 e 25 – Village, Rio das Ostras |
| 9 | Escola Estadual Municipalizada Dom Bosco | End.: Rua do Grupo, nº 72 – Bairro Operário, Rio das Ostras |
| 10 | Escola Estadual Municipalizada Fazenda da Praia | End.: Rua Albano Branco Guimarães, s/nº – Mar do Norte, Rio das Ostras |
| 11 | Escola Municipal Profª Neli Aparecida Tâmara Luiz | End.: Rua Jornalista Jaime Barreiros, s/nº – Recanto, Rio das Ostras |
| 12 | Escola Municipal Agrícola Carlos Maurício Franco | End.: Fazenda Duas Coroas – Cantagalo, Rio das Ostras |
| 13 | Escola Municipal Alberto Jorge | End.: Avenida Netuno, Lotes 04, 05, 06 e 07 – Reduto da Paz, Rio das Ostras |
| 14 | Escola Municipal Alzir David Pereira | End.: Avenida Serramar, s/nº, Extensão Serramar, Rio das Ostras |
| 15 | Escola Municipal Ary Gomes de Marins | End.: Avenida Almirante Heleno Nunes, s/nº – Costazul, Rio das Ostras |
| 16 | Escola Municipal Elson Pinheiro | End.: Rua Pastor Luiz Laurentino, s/nº – Parque Zabulão, Rio das Ostras |
| 17 | Escola Municipal Enedina Fidelis Moreria | End.: Rua Albano Branco Guimarães, s/nº – Mar do Norte, Rio das Ostras |
| 18 | Escola Municipal Ernestina Jorge Pereira | End.: Rua Daniel Carlos Vidal, s/nº – Nova Cidade, Rio das Ostras |
| 19 | Escola Municipal Fany Batista Esteves | End.: Rua Marcela Ferreira Martins, s/nº – Nova Aliança, Rio das Ostras |
| 20 | Escola Municipal Francisco de Assis Medeiros Rangel | End.: Rua Bangu, nº 1615 – Parque Zabulão, Rio das Ostras |
| 21 | Escola Municipal Henrique Sarzedas | End.: Rua Henrique Sarzedas, s/nº – Rocha Leão, Rio das Ostras |





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

| | | |
|----|---|--|
| 22 | Escola Municipal Inaya Moraes D'Couto | End.: Rua Frei Galvão, nº 414 – Village, Rio das Ostras |
| 23 | Escola Municipal Jeronymo Mendes da Costa | End.: Rua Graciliano Ramos, nº 74 – Recanto, Rio das Ostras |
| 24 | Escola Municipal João Bento Duarte Neto | End.: Rua Grivaldo Martins da Conceição, s/nº – Nova Esperança, Rio das Ostras |
| 25 | Escola Municipal José de Oliveira Martins | End.: Rua Prefeito Wilson de Barros Vieira, s/nº – Costazul, Rio das Ostras |
| 26 | Escola Municipal José Luiz de Lemos | End.: Av. Jane Maria Martins Figueira, s/nº – Jardim Mariléa, Rio das Ostras |
| 27 | Escola Municipal Jovenil Bastos da Silva | End.: Rua Malvino José dos Santos, nº 60, Nova Cidade, Rio das Ostras |
| 28 | Escola Municipal Maria da Penha de Oliveira | End.: Rua Domingos Francisco Farias Mota, nº 70 – Palmital, Rio das Ostras |
| 29 | Escola Municipal Maria Teixeira de Paula | End.: Alameda Campomar, nº 600 – Jardim Campomar, Rio das Ostras |
| 30 | Escola Municipal Mônica de Andrade Ribeiro | End.: Rua Nova Friburgo, s/nº – Jardim Mariléia, Rio das Ostras |
| 31 | Escola Municipal Nadir da Silva Salvador | End.: Rua Frei Galvão, nº 384 – Village, Rio das Ostras |
| 32 | Escola Municipal Nelzir Pereira Mello | End.: Rua Beira Rio, s/nº – Nova Esperança, Rio das Ostras |
| 33 | Escola Municipal Nilton Balthazar | End.: Rua Valença – Jardim Mariléa, Rio das Ostras |
| 34 | Escola Municipal Ondina Pinto Marcondes | End.: Rua das Casuarinas, s/nº – Âncora, Rio das Ostras |
| 35 | Escola Municipal Padre José Dilson Dórea | End.: Rua das Camélias, nº 1015 – Âncora, Rio das Ostras |
| 36 | Escola Municipal Prefeito Célio Sarzedas | End.: Rua Guaporé, nº 306 – Balneário Remanso, Rio das Ostras |
| 37 | Escola Municipal Prefeito Claudio Ribeiro | End.: Rua Abel Siqueira, s/nº – Recanto, Rio das Ostras |
| 38 | Escola Municipal Prefeito Paulo Pinheiro | End.: Rua Manoel Pedro Freire, s/nº – Nova Cidade, Rio das Ostras |
| 39 | Escola Municipal Profª Marinete Coelho de Souza | End.: Estrada Cantagalo, Cantagalo, Rio das Ostras |
| 40 | Escola Municipal Profª Rosângela Duarte Faria | End.: Rua Heleno Nunes – Costazul, Rio das Ostras |
| 41 | Escola Municipal Rio das Ostras | End.: Rua Santa Catarina, s/nº – Cidade Praiana, Rio das Ostras |
| 42 | Escola Municipal Sebastião Loubach | End.: Avenida Rio Grande do Sul, s/nº – Cidade Praiana, Rio das Ostras |
| 43 | Escola Municipal Simar Machado Sodré | End.: Avenida das Flores, s/nº – Âncora, Rio das Ostras |
| 44 | Escola Municipal Sr. João Batista Gomes da Cruz | End.: Rua Jaci Machado, s/nº – Nova Cidade, Rio das Ostras |
| 45 | Escola Municipal Trindade / Solange Viana | End.: Estrada Cláudio Ribeiro – Cantagalo, Rio das Ostras |





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

| | | |
|----|---|---|
| 46 | Escola Municipal Vereador Pedro Moreira dos Santos | End.: Rua Rio Grande do Norte, s/nº – Extensão do Bosque, Rio das Ostras |
| 47 | IMERO Profº José Eduardo de Oliveira Marchon | End.: Rua Manoel Pedro Freire, s/nº – Nova Cidade, Rio das Ostras |
| 48 | Subsecretaria Municipal de Esporte e Lazer | Rua Francisco I.G. de Barros s/nº , Operário, Rio das Ostras/RJ |
| 49 | Creche Municipal Marcia Lustosa | Rua João Luiz Lopes Soares, Campomar s/nº, Rio das Ostras/RJ |
| 50 | VILLAGE (Escola Municipal Maria Gorete Vicente Jorge) | End.: Rua Irmã Faustina, s/nº, Bairro – Village, Rio das Ostras/RJ |
| 51 | SEMEDE - Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer | Av. Guanabara, 3603 – Extensão do Bosque, Rio das Ostras-RJ |
| 52 | CEMAAE – Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado | End.: Rodovia Amaral Peixoto, nº 3578 – Bosque da Praia, Rio das Ostras/RJ |
| 53 | NUGEPE - Núcleo de Gestão Pedagógica | Rua Santa Catarina, nº 155, Lotes 1 e 2 da quadra 11, Extensão do Bosque, Rio das Ostras/RJ |
| 54 | CEMADA - Centro Municipal de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem | Rua Carlos Viana, nº390, Bairro Novo Rio das Ostras - Rio das Ostras/RJ |





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA – MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO

| N | Nome da escola | Potencia final Ar condicionado (kva) | Entrada | Disjuntor(A) | Potencia estimada (W) | MAIOR CORRENTE(A) medida | Potencia de Teste (W) | POTENCIA DE SOBRA(W) | Conclusão | Ação necessária |
|----|---|--------------------------------------|------------|--------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|----------------------|-------------|--|
| 1 | E.M. PROFª NELI APARECIDA TÂMARA LUIZ | 39,7 | Padrão | 100 | 38060 | 60 | 22836 | -21300 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 112.5KVA / 300A |
| 2 | E.M. JOÃO BENTO DUARTE NETO | 56,2 | Padrão | 100 | 38060 | 55 | 20933 | -34577 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 112.5KVA / 300A |
| 3 | E.M. MARIA DA PENHA OLIVEIRA | 25,1 | Padrão | 100 | 38060 | 90 | 34254 | -19286 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 112.5KVA / 300A |
| 4 | E.M. MARINETE COELHO DE SOUZA | 39,78 | Padrão | 70 | 26642 | 74 | 28164,4 | -38120 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 112.5KVA / 300A |
| 5 | CEMAEE | 61,3 | Padrão | 70 | 26642 | 30 | 11418 | -41172 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 112.5KVA / 300A |
| 6 | E.M. ENEDINA FIDÉLIS MOREIRA | 36,14 | Padrão | 100 | 38060 | 35 | 13321 | -8509,8 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 112.5KVA / 300A |
| 7 | E.M. ERNESTINA JORGE PEREIRA | 45,9 | Padrão | 70 | 26642 | 44 | 16746,4 | -32332,4 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 112.5KVA / 300A |
| 8 | E.M. JOVENIL BASTOS DA SILVA | 58,9 | Padrão | 200 | 76120 | 73 | 27783,8 | -5851,8 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 112.5KVA / 300A |
| 9 | E.M. NADIR DA SILVA SALVADOR | 71,4 | Subestação | 200 | 76120 | 45 | 17127 | -6695 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 112.5KVA / 300A |
| 10 | E.M. ONDINA PINTO MARCONTE | 32,94 | Padrão | 70 | 26642 | 15 | 5709 | -9371,8 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 112.5KVA / 300A |
| 11 | E.M. PREFEITO CLAUDIO RIBEIRO | 49,42 | Padrão | 70 | 26642 | 55 | 20933 | -39757,4 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 112.5KVA / 300A |
| 12 | E.M. TRINDADE / NOVA SOLANGE VIANA | 37,4 | Padrão 2P | 40 | 8800 | 0 | 0 | -25608 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 112.5KVA / 300A (Atual é bifásico) |
| 13 | E.E.M. FAZENDA DA PRAIA | 54,4 | Padrão | 70 | 26642 | 60 | 22836 | -46242 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 112.5KVA / 300A |
| 14 | E.M. MONICA DE ANDRADE RIBEIRO | 52,92 | Padrão | 63 | 23977,8 | 50 | 19030 | -43738,6 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 150KVA / 400A |
| 15 | E.E. FAZENDAS REUNIDAS ATLÂNTICA MUNIC. | 68,48 | Padrão | 70 | 26642 | 37 | 14082,2 | -50441,8 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 150KVA / 400A |
| 16 | E.M. FANY BATISTA ESTEVES | 17,7 | Padrão | 90 | 34254 | 105 | 39963 | -21993 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 150KVA / 400A |
| 17 | E.M. JERÔNIMO MENDES DA COSTA | 71,8 | Padrão | 100 | 38060 | 55 | 20933 | -48929 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 150KVA / 400A |
| 18 | E.M. SIMAR MACHADO SODRÉ | 31,2 | Padrão | 63 | 23977,8 | 42 | 15985,2 | -20711,4 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 150KVA / 400A |
| 19 | SEMEDE | 44,2 | Subestação | 125 | 47575 | 140 | 53284 | -46373 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 150KVA / 400A |
| 20 | E.M. ARY GOMES DE MARTINS | 91,4 | Padrão | 70 | 26642 | 20 | 7612 | -65058 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 225KVA / 600A |



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

| | | | | | | | | | | |
|----|--|--------|------------|-----|--------|-----|---------|----------|-------------|---|
| 21 | E.M. FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS RANGEL | 107,34 | Subestação | 300 | 114180 | 70 | 26642 | -11214,8 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 225KVA / 600A |
| 22 | IMERO - INSTIT. M. DE EDUCAÇÃO DE R.O. | 99,99 | Padrão | 200 | 76120 | 108 | 41104,8 | -56975,6 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 225KVA / 600A |
| 23 | CRECHE MUNICIPAL VALDIRA F. RODRIGUES | 65,7 | Padrão | 70 | 26642 | 17 | 6470,2 | -40272,2 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 225KVA / 600A |
| 24 | CRECHE MUNICIPAL M. Mª ROSA R. PINHEIRO - TIA DIDI | 55 | Padrão | 100 | 38060 | 27 | 10276,2 | -22816,2 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 225KVA / 600A |
| 25 | E.M INAYÁ MORÁES D'OUTO | 140,7 | Subestação | 300 | 114180 | 106 | 40343,6 | -55607,6 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 225KVA / 600A |
| 26 | E.M. MARIA TEIXEIRA DE PAULA | 143,88 | Subestação | 300 | 114180 | 90 | 34254 | -52443,6 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 225KVA / 600A |
| 27 | E.M. NILTON BALTHAZAR | 152,9 | Subestação | 400 | 152240 | 87 | 33112,2 | -21540,2 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 225KVA / 600A |
| 28 | E.M. PROFª ROSÂNGELA DUARTE | 145 | Subestação | 400 | 152240 | 47 | 17888,2 | 951,8 | Suporta | Trocar para Subestação de 225KVA / 600A |
| 29 | E.M. PADRE JOSÉ DILSON DORÉA | 128,42 | Subestação | 400 | 152240 | 127 | 48336,2 | -14242,6 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 300KVA / 800A |
| 30 | E.M. PROFª AMÉRICA ABDALLA | 192,92 | Subestação | 350 | 133210 | 100 | 38060 | -82336,4 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 300KVA / 800A |
| 31 | CIEP BRIZOLÃO MESTRE MARÇAL MUNIC. | 178,29 | Subestação | 400 | 152240 | 106 | 40343,6 | -52130,4 | Não Suporta | Trocar para Subestação de 300KVA / 800A |
| 32 | CRECHE MARCIA LUSTOSA | 63,3 | Subestação | 300 | 114180 | 140 | 53284 | 2660 | Suporta | Trocar para Subestação de 150KVA / 400A |



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:**

O **MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS**, ente de direito público interno, CNPJ nº 39.223.581.0001/66, com sede na Rua Campo de Albacora, nº 75 - Loteamento Atlântica - Rio das Ostras/RJ, doravante denominado **MUNICÍPIO** neste ato representado pelo **Secretário Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Sr.....**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº e inscrito no CPF sob o nº, residente e domiciliado no município de Rio das Ostras/ RJ de um lado, e de outro, a **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXX, nº XXXX. Nº xxx – Bairro xxxx – Cidade, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo **Sr. xxxxxxxxxx**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade xxxxxxxxxxxxxxxx e inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominado **CONTRATADA**, assinam o presente CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a celebração de contrato de aquisição de transformadores de distribuição trifásicos, imersos em óleo mineral isolante, classe de tensão 15 kV, frequência 60 Hz, destinados à ampliação e adequação de infraestrutura elétrica de unidades escolares e administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, em conformidade com as normas técnicas da ABNT e especificações da concessionária ENEL Rio, nas condições estabelecidas no Edital de **Pregão Eletrônico nº 90029/2026**, no Termo de Referência (Anexo I) e na Proposta da contratada, constantes no **Processo Administrativo nº 10073/2026**, que embora não transcritos fazem parte integrante e complementar deste Instrumento, para todos os fins e efeitos de direito.

Parágrafo Único

Em cumprimento ao disposto nesta cláusula, a **CONTRATADA** se obriga a entregar o objeto licitado nas quantidades e especificações estabelecidas abaixo:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA (Quando couber) | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|-----------------------------|----------------------|------------|-------------------|----------------|
| 1 | | | | | | |
| ... | | | | | | |

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízos da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.

Parágrafo Primeiro

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Parágrafo Segundo

O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Será permitida a subcontratação apenas dos serviços de transporte, logística, movimentação e entrega dos equipamentos, permanecendo a contratada integralmente responsável perante a Administração pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive quanto aos prazos de entrega, integridade dos bens transportados, qualidade, conformidade técnica e garantia dos transformadores fornecidos.

Parágrafo Primeiro

A subcontratação dos serviços de transporte não estabelece qualquer vínculo jurídico entre a Administração e a empresa subcontratada, respondendo a contratada principal por todos os atos praticados por seus subcontratados no âmbito da execução contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Primeiro

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência (Anexo I), anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento estimado definitivo. Considerando o disposto no art. 25, § 8º, da Lei n.º 14133/2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento estimado em xx/xx/xxxx, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei.

Parágrafo Primeiro

Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Parágrafo Quarto

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

Parágrafo Quinto

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo

O reajuste será realizado por Apostilamento, ou por aditivo.

Parágrafo Oitavo

O reajuste a que a contratada fazer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato.

Parágrafo Nono

Os pedidos de repactuação e reequilíbrio econômico e financeiro deverão ser respondidos pela Contratante no prazo de 90 (noventa) dias após a conclusão da análise final da Secretaria de Controle Interno, devendo a contratada juntar toda a documentação que for solicitada.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

Parágrafo Primeiro

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Parágrafo Segundo

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Parágrafo Terceiro

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Parágrafo Quarto

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Parágrafo Quinto

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

Parágrafo Sexto

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Parágrafo Sétimo

Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

Parágrafo Oitavo

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Parágrafo Nono

A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Parágrafo Décimo

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Parágrafo Décimo Primeiro

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Parágrafo Primeiro

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Parágrafo Segundo

Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Parágrafo Terceiro

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Parágrafo Quarto

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Parágrafo Quinto

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Parágrafo Sexto

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 6) Certidão de Regularidade com o Município do domicílio ou sede da Contratada;

Parágrafo Sétimo

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

Parágrafo Oitavo

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Parágrafo Nono

Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Parágrafo Décimo

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Parágrafo Décimo Primeiro

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Parágrafo Décimo Segundo

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Parágrafo Décimo Terceiro

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Parágrafo Décimo Quarto

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Décimo Quinto

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

Parágrafo Décimo Sexto

Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

Parágrafo Décimo Sétimo

Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

Parágrafo Décimo Oitavo

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Parágrafo Décimo Nono

Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Parágrafo Vigésimo

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Parágrafo Primeiro

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Segundo

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Parágrafo Terceiro

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Parágrafo Quarto

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Parágrafo Quinto

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação pra fins de comprovação de cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

Parágrafo Sexto

É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Parágrafo Sétimo

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

Parágrafo Oitavo

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

Parágrafo Nono

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Parágrafo Décimo

Banco de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeitos de responsabilização, em caso de eventuais casos de omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

Parágrafo Décimo Primeiro

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Parágrafo Décimo Segundo

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL

Caberá ao MUNICÍPIO fiscalizar a execução deste Contrato, de forma imediata através da Secretaria Municipal
xxxxxxxxxx

Parágrafo Primeiro

Os servidores responsáveis pela fiscalização deste contrato, que deverão acompanhar toda execução, bem como atestar a sua realização, serão:

Gestor de contrato: XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

Fiscal Administrativo: XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

Fiscal Técnico: XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

Parágrafo Segundo

Incumbe à fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, nas especificações dos serviços, neste Contrato, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no Contrato e na legislação em vigor, observado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I- Advertência

II- Multa: a) compensatória; b) de mora.

III- Impedimento de licitar e contratar

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

Parágrafo Primeiro

As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “a” do inciso II.

Parágrafo Segundo

A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I- Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

II- O atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:

a) atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;

b) atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;

c) atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.

III- De 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:

a) na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

d) tumultuar a sessão pública da licitação;

e) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

f) propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

h) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;

i) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

j) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

k) não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

l) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

m) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

n) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

o) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

p) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

q) deixar de repor funcionários faltosos;

r) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

s) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

t) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

u) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

IV- De 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

- a) inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;
- b) quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

V- De 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;
- h) recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;
- i) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

Parágrafo Terceiro

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

Parágrafo Quarto

Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o *caput* e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

Parágrafo Quinto

O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

Parágrafo Sexto

A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

Parágrafo Sétimo

Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:

Parágrafo Oitavo

Será aplicada a sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- Impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
 - f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;
 - g) tumultue a sessão pública de licitação;
 - h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
 - i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
 - j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
 - k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
 - l) induza em erro a Administração;
 - m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
 - 1. atraso na execução do objeto;
 - 2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
 - 3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.
 - n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;
- II- Impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;
 - c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;
 - d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
 - e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.
- III- impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:
- a) dar causa à inexecução total do contrato;
 - b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
 - c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;
 - d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
 - e) comportamento inidôneo;
 - f) apresentação de documentação falsa;
 - g) falha ou fraude na execução do contrato;
 - h) fraude fiscal.

Parágrafo Nono

A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

Parágrafo Décimo

Será aplicada a sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- Pelo período entre 03 (três) anos até 04 (quatro) anos, no caso de o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

II- Pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (cinco) anos, no caso de o infrator:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

III- Pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

- b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;
- c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

Parágrafo Décimo Primeiro

Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo Décimo Segundo

O cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

Parágrafo Décimo Terceiro

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Parágrafo Décimo Quarto

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Parágrafo Décimo Quinto

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Parágrafo Décimo Sexto

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo Décimo Sétimo

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Parágrafo Segundo

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Parágrafo Terceiro

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Quarto

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Quinto

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Oitavo

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021)."

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/Unidade:
- II - Fonte de Recursos:
- III - Programa de Trabalho:
- IV - Elemento de Despesa:
- V - Plano Interno:
- VI - Nota de Empenho:

A administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem na sua manutenção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do jurídico do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Justiça do Município de Rio das Ostras para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio das Ostras, ____ de _____ de 2026.

P/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

P/ CONTRATADA

Testemunhas:



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS
DESTINADOS À ME/EPP

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR UNIT. R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|-----------------------|--------|---|-----|-----|-----------------|-----------------|
| 1 | 473087 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 112,5 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 3 | | |
| 2 | 477059 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 150 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 1 | | |
| 3 | 362608 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 225 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 2 | | |
| TOTAL ESTIMADO | | | | | | R\$ |

DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR UNIT. R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|-----------------------|--------|---|-----|-----|-----------------|-----------------|
| 4 | 473087 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 112,5 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 10 | | |
| 5 | 477059 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 150 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 6 | | |
| 6 | 362608 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 225 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 7 | | |
| 7 | 477052 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 300 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 3 | | |
| TOTAL ESTIMADO | | | | | | R\$ |

| | |
|--------------------|------------|
| VALOR TOTAL | R\$ |
|--------------------|------------|

No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e site www.gov.br/compras, prevalecerá a descrita neste edital.

Para cálculo da Proposta de Preços deve-se utilizar o truncamento em todas as multiplicações com apenas duas casas decimais, no Valor Unitário pelo quantitativo.





EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10073/2026 – SEMEDE

ANEXO IV – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

DESTINADOS À ME/EPP

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|-----------------------|--------|---|-----|-----|---------------|-----------------------|
| 1 | 473087 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 112,5 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 3 | R\$ 21.863,07 | R\$ 65.589,21 |
| 2 | 477059 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 150 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 1 | R\$ 25.038,19 | R\$ 25.038,19 |
| 3 | 362608 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 225 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 2 | R\$ 34.428,28 | R\$ 68.856,56 |
| TOTAL ESTIMADO | | | | | | R\$ 159.483,96 |

DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|-----------------------|--------|---|-----|-----|---------------|-----------------------|
| 4 | 473087 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 112,5 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 10 | R\$ 21.863,07 | R\$ 218.630,70 |
| 5 | 477059 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 150 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 6 | R\$ 25.038,19 | R\$ 150.229,14 |
| 6 | 362608 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 225 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 7 | R\$ 34.428,28 | R\$ 240.997,96 |
| 7 | 477052 | TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE 300 KVA, ABRIGADA, CLASSE 15KV, REFRIGERAÇÃO A ÓLEO MINERAL, TENSÃO PRIMÁRIA DE 13,8KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127 - 60HZ. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO. | UND | 3 | R\$ 40.631,58 | R\$ 121.894,74 |
| TOTAL ESTIMADO | | | | | | R\$ 731.752,54 |

| | |
|--------------------|-----------------------|
| VALOR TOTAL | R\$ 891.236,50 |
|--------------------|-----------------------|